

Sumário

Número de notícias: 17 | Número de veículos: 12

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

IR avança sobre baixos salários 3

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita deve abrir consulta ao 3º lote 4

JORNAL DA CIDADE - ARACAJU - SE - CIDADES
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Consumidores devem estar atentos 5

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS
SEGURIDADE SOCIAL

INSS: cresce número de negativas 7

FOLHA ONLINE - SP
SEGURIDADE SOCIAL

Veja três situações que podem levar o INSS a suspender o BPC (Previdência) 8

A GAZETA - MT - POLÍTICA-PAÍS
SERVIDOR PÚBLICO

Governo terá de cortar gastos 10

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
REFORMA TRIBUTÁRIA

Não há mágica contra a pobreza (Editorial) 11

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Tributação, sustentabilidade, transparência e ESG (Artigo) 12

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Alta do dólar traz mais inflação e reduz PIB potencial do Brasil 14

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Queda nas commodities pode ser o primeiro sinal de desaceleração global 16

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Novo público de benefícios sociais pode passar de 8 milhões com a PEC 18

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Gasolina teria de cair 50% para ficar entre as 20 mais baratas 20

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Novo bloqueio no Orçamento de 2022 pode superar os R\$ 5 bilhões 21

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Com teto de gastos até 2027, dívida fica abaixo de 70% do PIB, diz Tesouro 22

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
ECONOMIA

Inflação europeia, risco para o Brasil (Editorial) 24

Quinta-Feira, 21 de Julho de 2022

ZERO HORA - RS - ARTIGOS
ECONOMIA

A PANDEMIA E A RELAÇÃO DO BRASILEIRO COMAS FINANÇAS (Artigo) 25

A TARDE - SALVADOR - BA - ECONOMIA
ECONOMIA

Onde você está aplicando seu dinheiro? - ARMANDO AVENA26

IR avança sobre baixos salários

Rafaela gonçalves

A defasagem na tabela do Imposto de Renda (IR) nunca foi tão grande. Segundo um estudo do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da **Receita Federal** (Sindifisco) a **inflação** elevada e a falta de correção da tabela têm gerado um aumento histórico da tributação sobre pessoas de menor poder aquisitivo. Somente no governo Bolsonaro, a defasagem acumulada é de 26,6%. Considerando os últimos cinco presidentes, é o maior percentual.

A atual tabela de cobrança do IR é a mesma desde abril de 2015. Como a **inflação** não dá trégua, cada vez mais pessoas estão tendo que pagar IR ou sofrendo aumento da tributação. "Aqueles cidadãos de renda mais baixa, que estavam na faixa de isenção há alguns anos, estão sendo jogados para a faixa de tributação. Em 2015, a faixa de isenção era de cerca de R\$ 1.900, que correspondiam a dois salários-mínimos e meio. Deste ano para o ano que vem, a faixa de isenção vai corresponder a um salário-mínimo e meio", disse o vice-presidente do Sindifisco Nacional, Tiago Barbosa.

A pesquisa avaliou ainda a diferença da defasagem entre mandatos presidenciais. No período analisado, nenhum presidente da República corrigiu integralmente a tabela do IR, mas a realidade se agravou ao longo do primeiro semestre de 2022, com a disparada da **inflação**. Em março, a defasagem da tabela durante o governo Bolsonaro era de 24%; agora, está em 26,57%.

De 1996 a junho de 2022, a tabela acumulou uma defasagem de 147,37%, segundo o Sindifisco. Para o presidente da Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis (Fenacon), Daniel Coêlho, a tributação no Brasil é injusta e excludente. Ele lembrou ainda que a defasagem da tabela do IR resulta em aumento de arrecadação para o governo. "A correção da tabela é um direito do trabalhador, que não pode ser penalizado por uma má gestão do governo", afirmou.

Corrigir a tabela do IR foi um compromisso assumido por Bolsonaro durante a campanha eleitoral. O projeto de lei da reforma do Imposto de Renda, PL 2.337/2021, previa a correção, mas a proposta tinha itens polêmicos, como a taxa de lucros e dividendos, e acabou engavetada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado.

Se toda a defasagem da tabela do IR fosse corrigida, pelos cálculos do Sindifisco, apenas pessoas que ganham acima de R\$ 4.670,23 pagariam imposto. Hoje, um contribuinte que ganha, após deduções, R\$ 5 mil paga R\$ 505,64 de IR. Caso a tabela fosse corrigida de forma integral, a mesma pessoa contribuiria com apenas R\$ 24,73. Até as grandes rendas seriam beneficiadas neste caso, pois pessoas que declaram R\$ 100 mil ao mês teriam uma diminuição de contribuição dos atuais R\$ 26.630,64 para R\$ 25.352,85.

"O brasileiro, cada vez mais, está pagando sem ter condições de contribuir. A gente está tirando poder econômico da população e criando uma situação de injustiça fiscal, porque está atingindo o mínimo existencial. Não temos uma resposta tributária que permita que as pessoas paguem de acordo com a sua capacidade econômica, como sugere a Constituição", afirmou Bianca Xavier, professora de direito tributarista da FGV-Rio.

Pedida falência da Itapemirim

A administradora judicial do Grupo Itapemirim, a EXM Partners, pediu a falência da empresa de transporte.

Em petição assinada em 15 de julho, a administradora afirmou que o plano de recuperação judicial não vem sendo cumprido, dado que os credores não estão sendo pagos, e que as atividades atuais da empresa não justificam mais sua preservação. Diz ainda ter recebido oferta da companhia Suzantur para arrendar a operação da Itapemirim, proposta que classificou como "vantajosa" à massa falida e aos credores.

Receita deve abrir consulta ao 3º lote

São Paulo - A **Receita Federal** deverá abrir, amanhã, a consulta aos depósitos do terceiro lote de restituição do Imposto de Renda 2022.

O lote é pago com correção pela taxa básica de juros da economia, a Selic.

A taxa Selic está em 13,25% ao ano, após a última alta anunciada pelo Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, em 15 de junho. O Fisco deverá divulgar, em breve, o índice de correção aplicado neste lote de restituição, a quantidade de contribuintes contemplados e até quando a declaração precisa ter sido enviada para conseguir entrar nesse pagamento, no caso de contribuintes não prioritários.

A consulta costuma ser liberada a partir das 10h, no site da Receita ou pelo Portal e-CAC. O depósito dos valores será feito no próximo dia 29, na conta informada pelo trabalhador ao declarar o Imposto de Renda.

Terão direito à restituição os contribuintes que enviaram a declaração ao fisco e não caíram na malha fina.

Cidadãos com prioridade legal que saíram da malha também recebem.

A consulta ao lote de restituição é feita pela internet, no site da **Receita Federal** ou no Portal e-CAC, que é o Centro de Atendimento Virtual do fisco. Para consultar por meio do e-CAC, é preciso ter senha gov.br.

Segundo a Receita, mensalmente, o órgão recebe da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) recursos para pagar as restituições e cria lotes bancários. O segundo lote liberou R\$ 6,3 bilhões para 4,3 milhões de contribuintes.

No primeiro lote, foram contemplados 3,4 milhões de contribuintes prioritários, totalizando R\$ 6,3 bilhões pagos. A ordem de prioridade da declaração incluiu idosos a partir dos 60 anos, com preferência para os maiores de 80 anos, contribuintes com alguma deficiência física ou mental ou doença grave e contribuintes cuja maior fonte de renda seja o magistério.

A partir do segundo lote, os demais contribuintes passaram a receber, desde que não tenham caído na malha fina. No caso das prioridades, quando há

empate, quem entregou primeiro recebe antes.

O dinheiro cai na conta conforme o calendário de restituição da Receita. Em geral, a consulta aos valores é aberta uma semana antes da data do depósito. O valor é pago na conta-corrente ou poupança em nome do contribuinte informada na declaração. Neste ano, também é possível receber por Pix, desde que a chave seja o número do CPF do declarante.

Malha fina - Ao todo, das mais de 34 milhões de declarações recebidas pela **Receita Federal** neste ano, 2,015 milhões de contribuintes caíram na malha fina. Segundo o Fisco, das declarações retidas em malha, 40% vão para análise pois possuem pendências de omissão de rendimentos - são casos de erro no salário ou de ausência de informação sobre a renda recebida por algum dependente.

Em segundo lugar, vêm os valores de despesas médicas, que estão muito acima do padrão ou não confirmadas pelo emissor, o que atinge 21% das declarações. Por último, há as declarações em que o IR na fonte declarado pelo contribuinte não confere com o que foi informado pela fonte pagadora, somando 18% do total.

Para sair da malha fina, é preciso enviar uma declaração retificadora. Quem corrige informações e envia novamente o documento vai para o final da fila de restituições.

(Cristiane Gercina/ Folhapress)

Consumidores devem estar atentos

O Programa Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon Aracaju), órgão vinculado à Secretaria da Defesa Social e da Cidadania (Semdec), orienta a população a respeito dos serviços fornecidos por consórcios, envolvendo a aquisição de imóveis e automóveis.

É importante que o consumidor esteja atento aos indícios de possíveis fraudes. Geralmente, essas situações têm início com a captação irregular de clientes através das plataformas de anúncio digital e das redes sociais, nas quais são realizadas ofertas abaixo do valor praticado no mercado e com condições muito vantajosas. Além disso, nessas situações, também costumam ocorrer promessas de curto prazo para a entrega do bem, mediante o pagamento de um valor de entrada.

A falta de informação clara e adequada, que garanta veracidade e legitimidade na adesão de serviços junto à empresa, é uma situação já constatada pelo Procon. Somente no ano passado foram registradas oito reclamações, junto ao órgão. Neste ano, até a presente data, foram contabilizadas 10 reclamações, todas devidamente atendidas para a ação das medidas cabíveis.

Por isso, o Procon Aracaju chama a atenção dos consumidores, para que observem previamente, com atenção, a natureza do contrato e verifiquem as informações básicas sobre a empresa, para constatar se, de fato, corresponde a uma administradora de consórcios.

Essa medida é fundamental, principalmente porque, de acordo com a legislação, em casos de uma efetiva contratação o consumidor, diante de uma possível reivindicação de ressarcimento, só poderá ser reembolsado após a conclusão do serviço, o que, além de causar grande constrangimento, também pode gerar a perda dos valores investidos.

Orientações Para evitar transtornos, o consumidor deve buscar, previamente, informações básicas sobre a empresa, como o número do CNPJ e o endereço do espaço físico onde ela está instalada.

O coordenador-geral do Procon Aracaju, Igor Lopes, orienta que deve ser feita uma consulta no site da **Receita Federal**, para averiguar se a empresa é, de fato, uma administradora de consórcios.

"Munido da informação do CNPJ, o consumidor vai

conseguir acessar o cartão de inscrição dessa empresa junto à **Receita Federal**. Essa consulta é gratuita e dará acesso ao cartão de inscrição, identificando qual a atividade principal, e as secundárias, que são autorizadas para que a empresa realize", explica Igor.

O coordenador também ressalta que o consumidor deve desconfiar de propostas que são "extremamente vantajosas ou que anunciam produtos com valores muito inferiores àqueles que costumeiramente são praticados no mercado".

Em caso de compra de cota contemplada, é necessário que, além de verificar se a empresa é realmente uma administradora autorizada, o consumidor deve solicitar cópias e comprovações de que a cota foi, de fato, contemplada em uma assembleia de consórcio.

PrOvidênCias Após a identificação da existência de fraude, o consumidor deve, primeiramente, buscar a empresa, na tentativa de composição administrativa direta.

Caso não haja uma resolução por parte da empresa, o consumidor deve, então, procurar os órgãos de proteção e fazer o registro da reclamação.

A partir disto, uma audiência de conciliação, reunindo as partes, será designada para uma composição amigável. Não sendo possível, e constatada a mácula existente no ato da contratação, a empresa pode ser responsabilizada na seara administrativa.

"Não sendo frutíferas, a composição administrativa e a conciliação através do Procon, o consumidor vai receber toda a orientação e o encaminhamento necessário para que ele acione os órgãos do Poder Judiciário competentes, para também fazer a apuração e tomar as medidas legais e cabíveis em desfavor da empresa", aponta Igor Lopes.

FinanCiamentO x COnsórCiOs Tanto o financiamento quanto o consórcio são utilizados para aquisição de bens, no entanto, são contratações de naturezas diferentes.

No financiamento, costumeiramente, o consumidor precisa pagar um valor a título de entrada, após a provação de um crédito por parte de uma instituição financeira, geralmente. Após a assinatura do contrato, o consumidor já poderá ter acesso ao bem e

continuará pagando as parcelas.

No caso do consórcio, o consumidor não tem a garantia de acesso imediato ao bem que ele pretende adquirir. "Na prática, ele procura uma administradora de consórcio, que, inclusive, precisa estar vinculada e autorizada pelo Banco Central, e passa a pagar parcelas mensais, por um período determinado, correspondente ao valor do bem. O acesso ao bem se dará após a emissão da carta de contemplação", explica o coordenador do Procon Aracaju.

Essa carta de contemplação pode ser emitida após um sorteio, que acontece a cada mês nas assembleias do grupo de consórcio ou mediante oferta de lances. O maior lance ofertado, naquele período, tem a possibilidade de ser contemplado, mediante o pagamento. Após a emissão da carta de crédito o consumidor terá acesso ao bem e continuará pagando as prestações correspondentes a finalização do contrato.

Para sanar dúvidas ou registrar denúncias, o Procon Aracaju pode ser acionado através do SAC 151 ou por meio do número telefônico 3179-6040, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 8h às 13h. A solicitação também pode ser encaminhada através do e-mail procon@aracaju.se.gov.br.

Caso o consumidor necessite registrar reclamações de forma presencial, na sede do órgão, é necessário agendar o atendimento através do site agendamento.procon.aracaju.se.gov.

O órgão está localizado na avenida Barão de Maruim, 867, Bairro São José, e funciona de segunda a sexta-feira.

INSS: cresce número de negativas

Além de amargar longa espera para análise de um requerimento, os segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) ainda têm que estar preparados para o indeferimento (negação) dos pedidos. No primeiro trimestre deste ano, o **INSS** negou mais de 1,14 milhão de pedidos de benefícios em todo o país, praticamente metade do total, segundo o 27Q Boletim Estatístico da **Previdência Social** (BEPS) de maio. Outro dado do boletim aponta que, de 2012 a 2018, o **INSS** costumava negar, em média, 3,4 milhões de benefícios ao ano em todas as agências do país. No entanto, desde 2019, os indeferimentos aumentaram para 4,4 milhões ao ano, em média. O que fazer em caso de indeferimento? Especialistas em Direito Previdenciário explicam que o segurado tem três caminhos a seguir: recorrer no próprio **INSS**, entrar com ação judicial, ou encaminhar novo pedido administrativo.

As negativas abarcam pedidos de auxílio-doença, aposentadoria por tempo de contribuição, salário-matematica-de, pensão por morte e Benefício de Prestação Continuada (BPC/Loas), destinado a idosos e pessoas com deficiência, desde que comprovem baixa renda, por exemplo.

O advogado Rômulo Saraiva avalia que os indeferimentos fazem parte da cultura do **INSS**, mas pontua que piorou nos últimos três anos.

- Nos últimos dez anos, o **INSS** nunca negou tanto o benefício previdenciário como ocorre agora, nos anos do governo Bolsonaro-critica.

Um motivo para tantas negativas, segundo Adriane Bramante, presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), é a falta de estrutura do órgão previdenciário, e isso pode provocar análises sem os cuidados necessários, e por consequência, indeferimentos: - A alternativa, nesses casos, é contestar a resposta do **INSS** em um prazo máximo de 30 dias no Conselho de Recursos da **Previdência Social** (CRPS), que também padece com a falta de servidores.

E nesse ponto entra outra espera longa: os pedidos levam, em média, 411 dias para serem julgados no conselho, segundo o IBDP. Desde maio, o EXTRA questiona o **INSS** sobre as negativas de requerimentos, sem respostas, i

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

Veja três situações que podem levar o INSS a suspender o BPC (Previdência)

Natalie Vanz Bettoni

Um dos principais critérios para receber o BPC (Benefício de Prestação Continuada) é a renda. Idosos e pessoas com deficiência têm direito ao benefício se o rendimento por pessoa da família (per capita) for de até um quarto do salário mínimo, o que dá R\$ 303 neste ano.

Se a renda aumentar, o **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) pode cortar o BPC. No entanto, essa não é a única regra de corte e os cidadãos precisam ficar atentos a questões ligadas à atualização do CadÚnico (Cadastro Único).

Foi o que aconteceu com Maria das Graças, moradora da Rocinha, no Rio de Janeiro. Ao completar 65 anos, em dezembro de 2020, seu filho Alexandre solicitou o BPC. Em abril de 2021, o instituto pediu que a família realizasse o cumprimento de exigência, com atualização das informações no CadÚnico.

Alexandre diz que a atualização foi feita no prazo, mas não foi incluída a tempo nos sistemas previdenciários e, em 17 de maio de 2021, o pedido foi indeferido. No mesmo dia, ele entrou com recurso.

Um mês depois, sem resposta, pediu o benefício novamente e, até o fim de junho deste ano, a solicitação estava "em análise" no sistema do **INSS**. Procurado pela Folha, o instituto informou, inicialmente, que ambos os pedidos haviam sido indeferidos.

Segundo o **INSS**, o primeiro pedido foi indeferido por não cumprimento da exigência no prazo de 30 dias. Já o segundo foi negado pelo fato de o segurado não se enquadrar nos pré-requisitos legais que dão direito ao benefício. "O segurado possui renda familiar per capita acima do estabelecido em lei (um quarto do salário mínimo), o que o torna inelegível para o benefício", informou o órgão.

Porém, após alguns dias depois, Alexandre foi contatado pelo órgão com uma explicação mais clara. "Recebi um email do **INSS** dizendo que havia uma exigência: declarar a renda de um familiar. Era o Imposto de Renda do MEI [Microempreendedor Individual]. Declaramos em minutos, enviamos o comprovante pelo aplicativo do Meu **INSS** e, três dias

depois, recebi um email confirmando que o requerimento havia sido concedido."

O pedido havia sido barrado porque o irmão de Alexandre, que faz parte do grupo familiar, tem um CNPJ e contribui para o **INSS** como MEI, mas sem renda formal. "Ele só contribui para se aposentar no futuro, pois é informal."

Contatado novamente pela Folha, o **INSS** informou que o BPC de Maria das Graças foi concedido em 22 de junho de 2022.

Segundo o advogado previdenciário Rômulo Saraiva, não é propriamente a declaração que o MEI faz à **Receita Federal** que pode levar o **INSS** a cortar ou negar o benefício, mas sim a existência do CNPJ.

"Gera-se uma presunção de que, com o atrelamento ao MEI, a pessoa está recebendo renda própria e mantendo a própria subsistência a ponto de não precisar receber o BPC. Nos casos em que o MEI estiver inativo, é importante que essa circunstância seja esclarecida para poder justificar a necessidade do enquadramento no BPC", recomenda o especialista.?

O **INSS** explicou que a declaração do MEI não é um requisito para o benefício.

Neste caso, porém, o cidadão precisa fazer a declaração à Receita para que a situação esteja em dia, pois os órgãos cruzam os dados.

"O **INSS**, que executa o programa assistencial, costuma utilizar informações do CadÚnico e do MEI", diz Saraiva.

De acordo com Rômulo Saraiva, a alteração da situação econômica do grupo familiar é uma das principais causas de corte ou negação do benefício. "Basta alguém da família passar a ganhar renda que pode descaracterizar o status inicial de pobreza familiar", explica.

A renda por pessoa do grupo familiar deve ser menor ou igual a um quarto do salário mínimo. Para o cálculo, somam-se os rendimentos brutos mensais dos familiares. O montante deve ser dividido pelo número de pessoas que compõem o grupo.

Não entram no cálculo programas de transferência de renda, como o Auxílio Brasil, benefícios e auxílios assistenciais de natureza eventual e temporária, remuneração da pessoa com deficiência como aprendiz ou estagiário e BPC ou aposentadoria no valor de até um salário mínimo. Estes valores devem estar registrados e atualizados no CadÚnico.

Na conta, são considerados familiares que vivem sob o mesmo teto de quem pede o benefício, incluindo cônjuge, companheiro ou companheira; pais e, em sua ausência, madrasta ou padrasto; irmãos, filhos e enteados solteiros; e menores tutelados.

A falta de atualização do Cadastro Único também pode levar à suspensão do benefício. Assim, é recomendada atenção às exigências do **INSS**, que podem vir por email ou por consulta no aplicativo do CadÚnico.

Também é necessário estar atento ao aplicativo Meu **INSS** e é recomendável manter o endereço atualizado, para não perder eventuais correspondências que venham pelos Correios.

Neste ano, o governo publicou regras sobre a revisão do BPC, que voltou a ser feita após suspensão na pandemia (clique aqui para saber o que fazer).

É possível solicitar a reativação do benefício a distância, pelo telefone 135, ou nas agências da Previdência.

Uma melhora no quadro de saúde pode justificar a interrupção do BPC destinado a pessoas com deficiência. Pode receber o benefício o cidadão que tem impedimentos de longo prazo (há no mínimo dois anos) de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

"A melhora no quadro de saúde pode justificar a interrupção do benefício assistencial. Com o avanço da medicina, muitas doenças são debeladas ao longo do tratamento médico", diz Saraiva.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/07/veja-tres-situacoes-que-podem-levar-o-inss-a-suspender-o-bpc.shtml>

Governo terá de cortar gastos

Mesmo com a continuidade do processo de alta da arrecadação, o governo vai ser obrigado a cortar e cancelar novamente gastos às vésperas das eleições para o cumprimento do teto de gastos, a regra que limita o crescimento das despesas à variação da **inflação**.

Os cálculos iniciais apontam uma necessidade de corte efetivo de cerca de R\$ 5 bilhões, segundo apurou o Estadão. Mas o valor do contingenciamento poderá cair para um patamar mais próximo de R\$ 3 bilhões com ajustes por dentro do próprio Orçamento.

O tamanho do corte só deverá ser definido na próxima sexta-feira no envio ao Congresso do novo relatório bimestral de avaliação de despesas e receitas do Orçamento.

Nesse relatório, o governo é obrigado a corrigir desvios que possam implicar no descumprimento do teto ou da meta de resultado primário. O anúncio só deverá ocorrer na segunda-feira da semana que vem.

Como há excesso de arrecadação, o problema neste ano é do lado do teto de gastos, que segue muito apertado, apesar da flexibilização com as mudanças feitas pelo Congresso para adiar parte do pagamento dos precatórios (dívidas que a União é obrigada a bancar depois de sentenças judiciais). Também não houve reajuste de 5% dos salários dos **servidores públicos**, nem mesmo para as carreiras policiais, apesar da promessa do presidente Jair Bolsonaro à categoria.

Novas despesas apareceram, porém, desde o último relatório bimestral de maio, entre elas, a derrubada pelo Congresso do veto presidencial à Lei Paulo Gustavo, que determina o repasse de R\$ 3,86 bilhões do Fundo Nacional de Cultura (FNC) para fomento de atividades e produtos culturais em razão dos efeitos econômicos e sociais da pandemia de covid-19.

Uma previsão de gastos maior dos benefícios da Previdência também poderá entrar na conta. Além disso, o Congresso proibiu o governo de bloquear recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

No total, R\$ 2,5 bilhões que estavam contingenciados do fundo vão precisar ser desbloqueados.

Essas novas despesas podem obrigar o governo a ter que fazer bloqueio de emendas parlamentares. Se

foram preservadas, o corte adicional vai exigir mais aperto dos ministérios. O Ministério da Defesa, que teve um bloqueio de R\$ 706 milhões no último relatório, cobra recursos para custeio das operações das três forças: Exército, Marinha e Aeronáutica.

Site:

<http://flip.gazetadigital.com.br/pub/jornalagazeta/?numero=10914>

Não há mágica contra a pobreza (Editorial)

Pode não parecer, mas a pandemia de covid-19 avança pelo terceiro ano. Evidentemente, de forma muito menos agressiva, sobretudo em decorrência da vacinação massiva de adultos e crianças, mas a doença ainda está entre nós, ainda causa mortes e demanda cuidados individuais e coletivos.

Para além de seus efeitos mais imediatos, terríveis, a covid-19 trouxe novos problemas de fundo e agravou antigos, sobre os quais governos e sociedades no mundo inteiro deverão se debruçar.

No Brasil, particularmente, um desses desafios a médio prazo é a erradicação da pobreza extrema. A situação de miséria a que estão submetidos milhões de brasileiros não é propriamente uma mazela inaugurada pela pandemia, mas foi muitíssimo agravada pelas implicações socioeconômicas da emergência sanitária.

Em 2015, vale lembrar, o País fixou como meta nacional erradicar a pobreza extrema até 2030. Antes da pandemia, havia boas razões para acreditar que esse dignificante objetivo seria alcançado no prazo estabelecido, a despeito dos desastrosos resultados da política econômica do governo de Dilma Rousseff, que legou ao País a pior recessão em décadas, e da ausência, pode-se dizer assim, de uma política econômica digna do nome no governo de Jair Bolsonaro. Agora, já não há mais razões para um olhar realista sobre o sucesso daquela meta.

Um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), publicado pelo jornal Valor, revela que erradicar a pobreza extrema do País tornou-se um "desafio gigantesco", que demandará muito mais do que apenas a formulação de programas sociais, ainda que bem planejados e implementados.

"A erradicação da pobreza extrema depende de dois fatores: manutenção e aprimoramento contínuo de programas sociais amplos e ambiciosos e, principalmente, a recuperação do mercado de trabalho para os trabalhadores mais vulneráveis", disse ao jornal o sociólogo Pedro Herculano Ferreira de Souza, responsável pelo estudo A evolução da pobreza monetária no Brasil no século 21, divulgado há poucos dias.

Não há a menor dúvida de que políticas públicas de distribuição de renda são vitais, literalmente, para um país com uma população tão desigual como o Brasil. Durante muito tempo, o Bolsa Família cumpriu bem

esse papel de acudir os desvalidos com algum foco e contrapartidas muito bem estabelecidas para a concessão do benefício, como a manutenção de crianças de famílias assistidas na escola e com a vacinação em dia. Até que o presidente Jair Bolsonaro achou que era o caso de acabar com o programa, não para aprimorá-lo, mas para atender unicamente ao seu interesse eleitoral. Como arremedo, Bolsonaro inventou o Auxílio Brasil, que, embora alcance mais pessoas do que o Bolsa Família e pague benefícios de maior valor, não chega a ser um programa social "amplo" nem tampouco "ambicioso".

Mas apenas programas sociais, por melhores que sejam, são insuficientes para a erradicação da pobreza extrema, como bem pontuou o pesquisador do Ipea, especialista em desigualdade.

É fundamental que o próximo governo eleito, primeiro, enxergue que garantir uma vida digna para todos os brasileiros é uma prioridade inegociável, coisa que o atual presidente da República foi incapaz de perceber, por absoluta falta de interesse e espírito público. Depois, é preciso que seja capaz de formular e implementar uma política econômica que, enfim, tire o País da estagnação e promova a geração de emprego e renda.

Isso só virá por meio do resgate de fundamentos macroeconômicos e de reformas que há muito o Congresso adia, como a reforma tributária.

Passado o momento de oferecer o necessário auxílio monetário imediato aos milhões que se viram, do dia para a noite, desprovidos de qualquer condição material de sobrevivência, é hora de voltar os olhos para o modelo de sociedade que queremos construir com vistas ao futuro. Como já dissemos nesta página, a fome não é coisa de país decente. É intolerável que haja brasileiros vivendo na miséria em pleno século 21. Acabar com essa vergonha é um imperativo moral para todos.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Tributação, sustentabilidade, transparência e ESG (Artigo)

A transparência fiscal fornece subsídios para o debate público voltado ao desenvolvimento de uma política tributária sustentável.

É crescente na nossa sociedade a preocupação das empresas em demonstrar ao mercado as suas boas práticas ambientais, sociais e de governança, também conhecidas como práticas ESG. A sigla ESG (Environmental, Social and Governance) surgiu em 2004 por meio de uma publicação do Pacto Global da Organização das Nações Unidas em parceria com o Banco Mundial, intitulada "Who Cares Wins: Connecting Financial Market to a Changing World", com o propósito de integrar questões ambientais, sociais e de governança no mercado de capitais.

Esse tema ganhou ainda mais força como um novo padrão de investimentos focados em sustentabilidade com a publicação "Sustainable Investment" e a Declaração de Integração pela gestora Blackrock e quando a Business Roundtable, associação formada pelos presidentes das principais multinacionais americanas, divulgou a Declaração de Propósito de uma Corporação, comprometendo-se a liderar as corporações em prol do desenvolvimento sustentável.

A transparência fiscal fornece subsídios para o debate voltado ao desenvolvimento de uma política tributária sustentável. Paralelamente, é cada vez maior a interação entre tributação e sustentabilidade no Brasil e no mundo. Os **tributos** desempenham um papel essencial para o desenvolvimento sustentável do planeta por representarem uma importante fonte de receita governamental e de política fiscal dos países, além de serem um mecanismo-chave pelo qual as organizações contribuem para as economias das jurisdições em que possuem atividades.

Nesse contexto, a Organização das Nações Unidas (ONU) reconheceu que a tributação é uma ferramenta poderosa para o financiamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável pelo estímulo ao desenvolvimento inclusivo e sustentável previsto na Agenda 2030. Um exemplo do papel dos **tributos** no alcance dessas metas é o Objetivo 17, que prevê o fortalecimento da mobilização de recursos internos, inclusive por meio do apoio internacional aos países em desenvolvimento, para melhorar a capacidade nacional para arrecadação de **impostos** e outras receitas.

Existem diversos exemplos de aspectos tributários em cada um dos pilares de ESG, o que inclui a transparência fiscal (tax transparency). Nesse tocante, a divulgação pública, obrigatória ou voluntária, da estratégia tributária das empresas, do montante total de **tributos** pagos e dos países para os quais os **tributos** são pagos, pode ser vista como um instrumento importante de sustentabilidade tributária e, portanto, de ESG.

No âmbito tributário internacional, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), com a participação do G20 (grupo dos 20 países mais desenvolvidos e industrializados), tem combatido o fenômeno da erosão da base tributária e da transferência artificial de lucros pelas empresas multinacionais visando preservar a arrecadação tributária, a soberania e a justiça fiscal por meio do Projeto BEPS (Base Erosion and Profit Shifting), pelo qual, dentre outras medidas, busca-se o fortalecimento da transparência e do intercâmbio de informações fiscais ao estabelecer que as multinacionais informassem a sua alocação global de renda, do lucro, dos **impostos** pagos e da atividade econômica nos países em que atuam mediante a entrega de um Relatório por País (Country-by-Country Report - CbCR) a ser compartilhado com as autoridades tributárias desses países.

Nesse sentido, a Austrália introduziu um reporte público obrigatório de informações tributárias pelas empresas e o Reino Unido determinou que as multinacionais britânicas passassem a divulgar a sua estratégia tributária para o público em geral. Ademais, o B Team, coalização formada por líderes empresariais e da sociedade civil, criou os princípios tributários responsáveis a serem observados voluntariamente pelos negócios. Recentemente, a Global Reporting Initiative (GRI), organização internacional independente que define indicadores globais de performance ESG, anunciou o primeiro reporte global de sustentabilidade com enfoque estritamente tributário, em um formato parecido com o Relatório por País instituído pela OCDE, a fim de permitir às empresas, de maneira voluntária, dar transparência sobre o quanto e onde os **tributos** são pagos juntamente com seus relatórios de sustentabilidade. O Fórum Econômico Mundial também publicou um conjunto de métricas voltadas à

divulgação pública e voluntária dos **tributos** pagos pelas empresas.

A esse respeito, de uma perspectiva ESG, a transparência fiscal promove confiança e credibilidade nas práticas tributárias das empresas e nos sistemas tributários dos países, permitindo aos investidores e a sociedade em geral entender as contribuições das empresas nos países em que atuam por meio do pagamento de **tributos**.

Acrescente-se que a transparência fiscal fornece subsídios para o debate público voltado ao desenvolvimento de uma política tributária sustentável.

Assim, diante do cenário acima, parece ser um caminho sem volta o papel relevante da tributação como ferramenta de desenvolvimento sustentável, sendo uma tendência o uso da transparência fiscal como instrumento de reporte de sustentabilidade tributária voltado a ESG.

*Mestre em Direito pela Georgetown University Law Center (EUA), mestrando em Direito Tributário Internacional pelo IBDT, diretor tributário na Owens-Illinois (O-I) e advogado

Alta do dólar traz mais inflação e reduz PIB potencial do Brasil

Lucas Bombana

Após o real ter registrado uma forte valorização frente ao dólar no início do ano, impulsionado pelos preços elevados das commodities e pela atração de recursos de investidores estrangeiros, ao longo dos últimos meses, o quadro se reverteu bruscamente.

Depois de ter encostado na mínima de R\$ 4,61 em meados de abril, frente aos R\$ 5,57 em dezembro de 2021, a moeda americana engatou uma trajetória quase ininterrupta de fortalecimento frente ao real, tendo fechado o pregão desta quarta-feira (20) cotada a R\$ 5,462, o que corresponde a uma alta de aproximadamente 18,5% desde o menor fechamento de 2022.

A apreciação do dólar tende a inflar uma **inflação** que já se encontra em patamares bastante elevados no Brasil, com potenciais impactos na condução da política monetária pelo BC (Banco Central), e para a recuperação da atividade econômica.

Segundo especialistas de mercado, uma combinação de fatores externos e próprios do país contribuiu para o movimento recente no câmbio.

No cenário internacional, a alta de juros iniciada pelo Federal Reserve (Fed, banco central dos Estados Unidos) para combater a persistente pressão inflacionária na região, acentuada ainda mais pela invasão russa à Ucrânia, faz com que mais investidores passem a procurar o mercado americano para alocar seus recursos, à medida que aumentam os rendimentos oferecidos pelos títulos emitidos pelo governo americano.

Já no Brasil, as novas manobras de política fiscal do governo Bolsonaro na tentativa de ganhar algum fôlego às vésperas das eleições, mais recentemente com a aprovação da PEC dos Benefícios, também pesam a favor de uma desvalorização do real, com o aumento da percepção do risco do mercado local sob a ótica dos investidores.

Para Luca Mercadante, economista da gestora de recursos Rio Bravo, a principal consequência que um real mais fraco traz para a economia brasileira é um aumento da **inflação**, que já vem rodando em níveis bastante elevados no país há algum tempo.

Com o dólar mais caro, os produtos que o país importa dos Estados Unidos automaticamente também sobem de preço, o que se reflete em um aumento generalizado das mercadorias negociadas no mercado brasileiro, explica Mercadante. "O dólar alto acaba fazendo com que os Estados Unidos exporte **inflação** para outros países."

O IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) registrou alta de 0,67% em junho, com a **inflação** acumulada em 12 meses alcançando a marca de 11,89%.

"A conjuntura de aumento dos juros nos Estados Unidos, em um contexto de maior aversão ao risco com a perspectiva de uma desaceleração da economia global, acaba culminando na valorização do dólar", afirma o economista, acrescentando que em momentos de maior incerteza por parte dos investidores em escala global, é comum que haja uma migração maciça para os ativos considerados mais seguros do mercado, sendo o dólar uma das principais alternativas no leque de opções.

O economista da Rio Bravo diz ainda que, em um ambiente global que já não se desenha dos mais favoráveis para ativos de maior risco, o Brasil sofre ainda mais por conta das incertezas sobre a sustentabilidade das contas públicas, seja pelas recentes manobras fiscais do governo Bolsonaro que novamente furaram o teto de gastos, seja pelas dúvidas a respeito da condução da política econômica a partir de 2023, independentemente de quem vencer as eleições.

Economista-chefe da gestora Truxt Investimentos, Arthur Carvalho diz que, em um cenário de dólar e **inflação** mais pressionados, o BC pode ter ainda mais trabalho para conseguir controlar a alta dos preços, eventualmente tendo de estender o processo de aperto monetário acima do previsto hoje pelo mercado.

A maior parte dos agentes de mercado trabalha com mais uma alta de 0,50 ponto percentual na taxa básica de juros, a Selic, para 13,75% ao ano, segundo as expectativas coletadas pelo BC para o boletim Focus.

No entanto, confirmada a transmissão de um dólar mais alto para a **inflação** corrente, Carvalho não

descarta a hipótese de a autoridade monetária ter de fazer mais alguns ajustes, levando a taxa Selic para níveis ao redor de 14%.

O economista-chefe da Truxt afirma também que uma taxa de juros ainda mais alta joga uma pressão adicional sobre o custo dos empréstimos às famílias e às empresas, em um cenário no qual a inadimplência já registra patamares recordes, e, portanto, com um provável impacto negativo para o ritmo de recuperação da atividade econômica.

Carvalho acrescenta que, embora as exportadoras de commodities sejam tradicionalmente beneficiadas por um cenário de dólar mais forte, desta vez, o fenômeno não se repete. "Isso por conta da acomodação dos preços das matérias-primas no mercado internacional, ante a desaceleração das grandes economias globais, seja pela alta dos juros, ou pelas restrições de mobilidade impostas novamente pela China", afirma o especialista.

Ele diz ainda que a dinâmica de crescimento do gigante asiático à frente será um ponto importante a ser monitorado para entender o direcionamento dos preços das commodities e do câmbio no Brasil daqui até o final do ano.

O economista da Truxt estima a cotação da moeda oscilando dentro de uma banda ao redor dos R\$ 5,40 a R\$ 5,50 durante os próximos meses, com uma visão mais conservadora em relação aos pares de mercado -no Focus, a projeção média dos economistas aponta para o dólar a R\$ 5,13 em dezembro.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=499>

79

Queda nas commodities pode ser o primeiro sinal de desaceleração global

Douglas Gavras

As quedas recentes nos preços das commodities ligaram um sinal amarelo de risco de desaceleração mundial, com os investidores cada vez mais atentos aos sintomas de uma crise global e sem descartar, até mesmo, uma recessão.

Os preços futuros da soja têm sido negociados abaixo de US\$ 15, perto de níveis do começo do ano e cerca de 18% abaixo do pico de junho. O minério de ferro está bem abaixo do nível em que estava antes do início da Guerra da Ucrânia, em 20 de fevereiro.

Os preços futuros de milho, por sua vez, caíram para US\$ 5,88 por bushel (o equivalente a 27,2 kg), o menor patamar em seis meses, depois que o relatório semanal do Usda (Departamento de Agricultura dos Estados Unidos) apontou para uma estabilidade da safra norte-americana.

O desempenho do minério de ferro reflete as perspectivas mais pessimistas para a economia chinesa nos próximos meses. Já no segundo semestre, o **PIB** (Produto Interno Bruto) do país apontou uma forte desaceleração, com aumento de apenas 0,4% em relação a um ano antes -abaixo das expectativas de crescimento de 1%, segundo a agência Reuters, e vindo de 4,8% no primeiro trimestre.

Os analistas não esperam uma rápida recuperação, mesmo que grande parte das restrições tenha sido suspensa. Com a política de "Covid Zero" mantida pelo governo chinês e a piora das perspectivas econômicas globais, o mercado imobiliário do país entrou em queda, o que afeta o desempenho das commodities ligadas à construção. Os metais caíram de 10% a 40% desde maio.

"De um lado, temos um cenário de desaceleração da economia mundial, que se observa principalmente nas commodities minerais e metálicas, que acompanham o crescimento da construção civil de países importantes, como a China. O comportamento do cobre também sempre ajuda a apontar para um cenário de desaceleração e isso também se reflete no mercado de petróleo", diz Felipe Serigati, da FGV (Fundação Getúlio Vargas).

Ele lembra que um crescimento mundial mais tímido significa uma menor demanda por petróleo. "Ninguém está falando de uma volta do petróleo aos US\$ 70 por barril, mas pode ficar abaixo de US\$ 100, quando as estimativas anteriores apontavam para algo acima de US\$ 130. Quando se coloca em perspectiva, o mundo que está perdendo fôlego e demanda menos commodities."

De acordo com o site de análises de investimentos Trading Economics, o petróleo Brent recuperou terreno nos últimos dias, perto do nível de US\$ 107 por barril, em meio a um dólar mais fraco e preocupações persistentes com a oferta.

"No curto prazo, é improvável que as lacunas de oferta sejam preenchidas pela produção extra da OPEP+ [cartel dos países produtores]. Mantêm-se uma "tampa" sobre os preços, enquanto aumentam as preocupações com uma recessão, impulsionadas por aumentos agressivos nos juros em todo o mundo."

Ele ressalta que a economia global enfrenta uma **inflação** elevada ao menos desde o início da pandemia. A hipótese inicial dos governos, de que a alta de preços ficaria pressionada por pouco tempo, se mostrou equivocada e, para segurar a **inflação**, o principal instrumento é a elevação da taxa de juros.

"O mundo cresce menos, os juros estão subindo. O investidor para e pensa: o que estou fazendo investindo em commodities e em economias emergentes? Com taxas de juros maiores, vou investir em títulos públicos nos Estados Unidos", diz Serigati.

Uma pesquisa do Bank of America, publicada na última terça-feira (19), apontou que os investidores estão mais pessimistas em relação aos ativos brasileiros, citando fatores externos como os principais riscos, mas também preocupados com o cenário fiscal do país e atentos à eleição presidencial.

Enquanto isso, após a **inflação** nos Estados Unidos renovar a maior alta em quatro décadas, os mercados passaram a apostar que o Fed (Federal Reserve, o banco central americano) promoverá uma alta de juros ainda mais agressiva do que a esperada.

Em reportagem recente, a revista The Economist apontou que o aumento dos juros tem esfriado o

mercado imobiliário, enfraquecido a demanda por cobre e madeira e reduzido o consumo de bens -de eletrodomésticos a automóveis- e isso também prejudica o mercado de zinco e alumínio.

Depois da guerra e dos efeitos do conflito nos preços dos fertilizantes, o mercado de commodities agrícolas entrou em um momento de transição. "Saímos de um cenário crítico de oferta para uma leitura pessimista de demanda", diz Leonardo Alencar, da XP.

"Nenhum dos cenários é 100% verdadeiro, estamos em uma dinâmica em que a produção de alimentos precisa continuar crescendo, e o Brasil é importante nisso."

Ele ressalta que essa volatilidade pode ser negativa para o futuro, limitando o crescimento de produção pela piora nas margens. "É um cenário que preocupa e que pode afetar os próximos anos."

Já Victor Nehmi, fundador da Sparta e gestor de commodities, pondera que a expectativa de desaceleração até agora não se traduziu em recessão. "Há um burburinho, porque as commodities tinham subido muito, mas por enquanto os estoques de grãos e petróleo estão baixos no mundo, também pelas sanções impostas à Rússia", diz.

"Os produtores brasileiros acabam se preocupando menos com uma queda brusca dos preços por uma questão de oferta. Mesmo que a Ucrânia volte a exportar grãos, esse retorno levará tempo para acontecer. O fator que ainda preocupa e que pode levar a um quadro de escassez de grãos é a menor oferta de fertilizantes no mercado", complementa.

"O mercado já se preparava para uma correção de preços do ativo. Ele já esperava que os picos de petróleo e minério de ferro não iriam se manter no futuro. No caso das commodities agrícolas, esse movimento de correção também já estava precificado, e já vemos os produtores preocupados em como se dará esse desaquecimento global", diz Felipe Paletta, sócio e analista da Monett.

"A **inflação** nos Estados Unidos e uma possibilidade de recessão preocupam, ainda que a China tenha capacidade de revitalizar a economia, pois ela depende de um cenário global. Estão todos atentos ao movimento que o Fed irá fazer e como isso pode prejudicar a atividade econômica", complementa.

Apesar do cenário ainda nebuloso, Serigatti, da FGV, afirma que o mercado de commodities agrícolas deve mostrar resiliência nos próximos meses. "O mundo está de olho nos grãos do Brasil, ainda não compramos todos os insumos de produção e há

bastante espaço para manter preços."

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49979>

Novo público de benefícios sociais pode passar de 8 milhões com a PEC

Thiago Resende Fábio Pupo

A expansão dos benefícios sociais planejada pelo governo pode enviar dinheiro a mais de 8 milhões de pessoas que hoje não têm acesso aos pagamentos. Os recursos extras serão depositados a partir de agosto, a menos de dois meses das eleições para presidente da República.

O número de atendidos pode influenciar o resultado das eleições, caso a popularidade do presidente Jair Bolsonaro (PL) aumente entre os beneficiários. A diferença de votos observada no último pleito (em 2018) entre ele e o segundo colocado, Fernando Haddad (PT), foi de 10,7 milhões de votos no segundo turno.

O pacote de Bolsonaro mira no eleitorado que está mais afinado com o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), segundo o Datafolha. O petista alcança 59% das intenções de voto entre os que recebem o Auxílio Brasil, enquanto Bolsonaro tem 22%.

A vantagem de Lula permanece entre a população que recebe até dois salários mínimos (R\$ 2.424). Ele pontua 56%, contra 20% de Bolsonaro.

A criação ou expansão dos benefícios em 2022 foi liberada por uma PEC (proposta de emenda à Constituição) de interesse do governo aprovada pelo Congresso para atropelar a legislação fiscal e eleitoral e permitir turbinar os benefícios em meio à corrida pelo Palácio do Planalto.

Leonardo Paz Neves, analista no Núcleo de Prospecção e Inteligência Internacional da Fundação Getúlio Vargas (FGV NPII), afirma que é difícil prever o comportamento dos beneficiários nas eleições e que há diferentes variáveis envolvidas. Mesmo assim, ele diz que os pagamentos tendem a favorecer Bolsonaro.

"O saldo dessa política vai ser positivo para ele, porque ele não vai perder nenhum voto com isso. A questão é quanto isso vai ser positivo", afirma. Nas contas de Neves, mesmo que todos os 8 milhões se transformem em votos para Bolsonaro, o presidente ainda não venceria as eleições contra Lula.

Para Neves, pesa contra Bolsonaro a **inflação** (que limita o efeito das medidas) e o pouco tempo de

recebimento dos recursos (que deve começar em agosto, próximo às eleições no começo de outubro). Além disso, nem todo o público beneficiário é eleitor (boa parte tem menos de 16 anos de idade, por exemplo).

Por outro lado, os pagamentos podem ter um efeito multiplicador de popularidade. "As famílias pobres têm um núcleo [composto de diferentes pessoas], então o auxílio recebido pela mãe e que traz carne à mesa depois de muitos meses impacta o pai, o avô... O perfil de cada bolsa dessa tem um multiplicador distinto", afirma.

Os números não estão fechados, mas a estimativa do governo é que cerca de 2 milhões de famílias na fila de espera possam entrar no Auxílio Brasil por se encaixarem nas regras. São R\$ 600 a serem pagos por lar.

Considerando a média usada por especialistas de 3,1 pessoas por família na faixa de renda do programa, há um potencial de 6,2 milhões de novas pessoas atendidas (nesse caso, nem todos são eleitores pois boa parte tem menos de 16 anos de idade).

No auxílio a caminhoneiros autônomos, a expectativa do governo é atender 900 mil pessoas. O número foi fornecido por Bolsonaro em rede social e o valor a ser pago é de R\$ 1.000 mensais por motorista.

Já para taxistas os pagamentos podem chegar a 1,1 milhão de pessoas. O número considera o teto de R\$ 2 bilhões determinado pela PEC aprovada pelo Congresso e o valor de até R\$ 300 mensais por pessoa até o fim do ano informado por Bolsonaro nas redes sociais (segundo ele, o valor será de pelo menos R\$ 200, número que elevaria o número de recebedores).

Apesar da promulgação da PEC na semana passada, o Palácio do Planalto ainda precisa planejar o pagamento dos benefícios e viabilizar a liberação da verba.

Técnicos do governo preparam uma MP (Medida Provisória) para repassar os valores autorizados pela PEC. Além disso, as regras para o auxílio caminhoneiro e auxílio taxista precisam ser definidas, o que está sob responsabilidade do Ministério do

Trabalho e Previdência.

O Auxílio Brasil e o Auxílio Gás são programas que já existem e, por isso, basta a liberação do dinheiro extra. Também dispensa regulamentação os R\$ 500 milhões extras liberados pela PEC ao Programa Alimenta Brasil, que compra comida de agricultores e doa para famílias do Cadastro Único e entidades de assistência social (como abrigos para idosos e escolas em regiões de vulnerabilidade).

A PEC foi a forma encontrada para driblar travas da lei eleitoral que impedem a criação de benefícios antes das eleições.

Nesta quarta-feira (20), o Ministério da Cidadania publicou portaria que regulamenta o adicional de R\$ 200 do Auxílio Brasil. De acordo com o texto divulgado no Diário Oficial da União, o pagamento do benefício turbinado será feito de agosto a dezembro deste ano.

Ainda segundo a portaria, as famílias receberão o Auxílio Gás com valor complementar de 50% do preço médio de um botijão de gás no país, totalizando 100%, nos meses de agosto, outubro e dezembro, já que o benefício é bimestral.

O texto prevê que o beneficiário receba o Auxílio Brasil de R\$ 600 "na data prevista no calendário de pagamentos do programa" e não menciona mudança no cronograma, embora o governo tenha a intenção de antecipar o pagamento das benesses, inclusive do programa de transferência de renda.

No calendário atual, os depósitos do Auxílio Brasil são feitos conforme o final do NIS (Número de Identificação Social) do cidadão inscrito no CadÚnico (Cadastro Único) e começam a ser pagos na segunda quinzena de cada mês.

Mas a ideia é que, para que a transferência seja feita no mesmo dia que os outros benefícios, técnicos trabalham com o cenário de antecipar esse calendário. Uma das propostas é iniciar os pagamentos dos benefícios na segunda semana de agosto, por volta do dia 9.

O ministro Ronaldo Vieira Bento (Cidadania) defende que o calendário de pagamento do Auxílio Brasil seja então permanentemente antecipado para a primeira quinzena de cada mês.

No caso dos auxílios caminhoneiro e taxista, a elaboração dos programas ainda está em discussão, mas o texto da PEC prevê seis parcelas para esses grupos.

Por isso, técnicos do governo dizem que o benefício

deverá ser dobrado em agosto para esses dois casos - pagando o retroativo a julho, período em que não será possível finalizar a estrutura do programa.

Para identificar os caminhoneiros autônomos será usado o registro da base de dados da ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres). O documento é chamado de Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas (RNTRC).

Já os taxistas precisam de permissão para prestação do serviço emitido pelo poder público municipal ou distrital até maio de 2022. O Ministério da Cidadania chegou a informar que o valor seria de R\$ 200, mas o benefício pode subir para R\$ 300 por parcela.

O pacote de benefícios sociais terá um custo total de R\$ 41,25 bilhões. A medida é vista pela campanha de Bolsonaro como uma forma de o presidente reduzir o impacto da **inflação** na população de menor faixa de renda e tentar melhorar o desempenho nas urnas.

A legislação proíbe a implementação de novos benefícios no ano de realização das eleições. As únicas exceções são programas já em execução ou quando há calamidade pública ou estado de emergência. Por isso, foi incluído na PEC o estado de emergência -o que dá mais segurança ao governo, mas foi criticado por especialistas.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49979>

Gasolina teria de cair 50% para ficar entre as 20 mais baratas

Nicola Pamplona

Com a queda acumulada nas últimas semanas, o preço da gasolina brasileira avançou no ranking dos mais baratos do mundo, mas ainda está longe de alcançar o topo da lista, como afirmou o presidente Jair Bolsonaro (PL) nesta terça-feira (19).

Segundo o site Global Petrol Prices, o Brasil ocupava na segunda-feira (18) a 44ª posição em um ranking de 169 países, com a gasolina sendo vendida, em média, a US\$ 1,12. Na semana anterior, a lista do site trazia o país em 47º lugar.

O avanço é resultado dos cortes de **impostos** federais e estaduais no fim de julho, que já provocaram uma queda acumulada de 17,8% no preço médio de venda do combustível, de acordo com a pesquisa semanal da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis).

A tendência é que o ciclo de queda se mantenha, principalmente após a redução do preço cobrado pela Petrobras em suas refinarias, que começou a vigorar nesta quarta (20). Com corte de 4,9% no preço de refinaria, a estatal estima impacto de R\$ 0,15 por litro na bomba.

"Brevemente o Brasil terá uma das "gasolina" mais baratas do mundo", comemorou o presidente da República em uma rede social.

Para figurar entre as 20 mais baratas do mundo, porém, o valor da gasolina brasileira tem que cair à metade, alcançando os US\$ 0,62 da Arábia Saudita, a 20ª colocada no ranking da Global Petrol Prices.

Se o repasse de R\$ 0,15 por litro esperado pela Petrobras chegar integralmente às bombas, por exemplo, o Brasil pode ganhar duas ou três posições, dependendo do comportamento da taxa de câmbio nos próximos dias.

Embora a gasolina seja uma commodity internacional, seu preço final tem grande variação de preços no mundo, de acordo com fatores com carga tributária e políticas de preços dos variados países.

O ranking da Global Petrol Prices sofre grande influência também da taxa de câmbio, já que converte

os valores em moeda local para o dólar. Com moeda desvalorizada e subsídios ao produto, a Venezuela aparece liderando a lista, com gasolina a US\$ 0,02 por litro.

O topo do ranking é formado, em sua maioria, por países grandes produtores de petróleo, que tendem também a cobrar poucos **impostos** sobre o combustível.

Já países europeus, por outro lado, tendem a ter elevada carga tributária e figuram do meio para o fim da lista. Entre os países membros da União Europeia, Malta tem a gasolina mais barata, com preço médio de US\$ 1,37 por litro.

Embora os cortes de **impostos** tenham potencial de garantir impacto positivo na **inflação** e alívio ao bolso do consumidor nos próximos meses, os efeitos serão limitados no médio prazo, já que só têm validade até dezembro.

A lei aprovada pelo Congresso prevê o retorno da cobrança de PIS/Cofins sobre a gasolina em janeiro de 2023. Até a aprovação da lei, os dois **impostos** custavam ao consumidor R\$ 0,69 por litro.

Há incertezas ainda sobre como ficará a cobrança do ICMS, já que estados questionam no STF (Supremo Tribunal Federal) lei que alterou o modelo de cobrança do imposto, criando uma alíquota única em reais por litro.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49979>

Novo bloqueio no Orçamento de 2022 pode superar os R\$ 5 bilhões

Fábio Pupo *brasília*

O governo deve ampliar o bloqueio de recursos no Orçamento de 2022 para não correr risco de descumprir a regra constitucional do teto de gastos, que impede despesas federais de crescerem além da **inflação**.

A medida precisou ser tomada diante crescimento dos gastos obrigatórios em relação ao anteriormente previsto e deve aumentar as limitações da máquina pública a pouco mais dois meses das eleições.

Membros do Ministério da Economia ouvidos pela Folha comentam que o valor deve ser alto e que deve passar de R\$ 5 bilhões. Apesar disso, eles ressaltam que as análises ainda estão em andamento e que o número pode variar até o momento do anúncio.

O governo tem até esta sexta-feira (22) para publicar qual a necessidade de bloqueio. Os números devem ser anunciados por meio do relatório de receitas e despesas, que o governo precisa publicar bimestralmente, e as áreas a sofrerem cortes devem ser detalhadas só posteriormente.

Embora o relatório normalmente expresse a necessidade de bloqueio para cumprira meta fiscal (resultado de receitas menos despesas), neste ano a dificuldade é apenas no lado das despesas com o possível estouro do teto.

Atualmente, cerca de R\$ 10 bilhões já estão contingenciados no Orçamento se considerada a reserva de R\$ 1,7 bilhão para reajustes e reestruturações.

O bloqueio mais recente, detalhado em junho, atingiu principalmente os ministérios da Ciência, da Educação e da Saúde.

No caso da pasta da Ciência, houve corte de R\$ 2,5 bilhões dos R\$ 6,8 bilhões anteriormente previstos nas chamadas verbas discricionárias (que o governo pode adiar, diferentemente das obrigatórias). A tesourada equivale a 36% do total.

Na Educação, a tesourada foi de R\$ 1,6 bilhão de um total de R\$ 22,2 bilhões em discricionárias (7,2% do total). Já a Saúde recebeu um corte de R\$ 1,2 bilhão

de um total de R\$ 17,4 bilhões (também 7,2% do total).

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49979>

Com teto de gastos até 2027, dívida fica abaixo de 70% do PIB, diz Tesouro

ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA

Com o teto de gastos da forma atual até 2027, a dívida bruta do governo chega a um nível abaixo de 70% do Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2031, segundo estimativas do Tesouro Nacional.

O governo projeta queda da dívida em dez anos, de 80,3% em 2021 para 69,9% em 2031.

No último ano do governo Jair Bolsonaro, ficará em 78,3%. No relatório, já embute a correção do teto de gastos de 1,5% acima da **inflação** a partir de 2027, quando a emenda que criou a regra prevê a possibilidade de revisão da principal âncora fiscal brasileira.

É a primeira vez que o Tesouro publica uma trajetória de projeções com prazo tão longo, antes usada somente para consumo interno. Na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o prazo é de três anos. O relatório está sendo destrinchado pelos analistas do mercado financeiro porque contém hipóteses com informações a que somente o governo tem acesso, inclusive com a evolução dos gastos com precatórios (despesas que a União é obrigada pela Justiça a pagar), concessões, pagamento de dividendos e devolução de empréstimos do BNDES.

"É um documento que é construído há mais de cinco anos, que abre um debate técnico.

Um debate sujeito a críticas, que são sempre bem-vindas", disse ao Estadão o subsecretário da Dívida Pública do Tesouro, Otávio Ladeira. Ele lembra que o Tesouro foi criticado por ter sido otimista na estimativa da dívida durante a pandemia, enquanto no mercado circulavam projeções em que o endividamento bateria 100% do **PIB**.

Ladeira disse que, com o teto mantido ainda que com um ajuste, as despesas primárias caem de 18,6% para 15,3% do **PIB** em 2031. "Mesmo com alguma reformulação que pode ser feita no teto, e a nossa hipótese preserva o princípio dele, ele presta um serviço muito importante do ponto de vista da consolidação fiscal", ressaltou.

"Nosso cenário é que rompemos para baixo os 80%, e não voltamos mais para ele." No entanto, como

mostrou o Estadão, a mudança no teto deverá ser antecipada no próximo governo, conforme as sinalizações das campanhas dos principais candidatos, inclusive por Bolsonaro, que já reclamou publicamente do teto e pediu mudanças ao ministro da Economia, Paulo Guedes, para abrir espaço para mais gastos com obras e investimentos num eventual segundo mandato. Guedes é favorável ao ajuste.

NO AZUL. O relatório prevê que as contas do governo passem para o azul dez anos após entrar seguidamente no vermelho.

A previsão é de um superávit de 0,2%, saltando para 2,5% do **PIB** ao final do período.

Com a arrecadação batendo recordes, Guedes tem falado a interlocutores que será possível ter um superávit já neste ano, mesmo com o aumento de R\$ 41,2 bilhões de gastos para pagar os novos auxílios.

Com a mudança de déficit para superávit, a dívida pública diminui ao longo da década, chegando a 70% do **PIB**, mas ainda longe dos demais países emergentes (próximo de 60%). O Tesouro projeta receitas maiores, o que explica o resultado fiscal ficar positivo já em 2024.

A redução da despesa é resultado do fato de o ritmo de correção das despesas ser menor do que a variação do **PIB** projetada.

Além disso, a partir de 2027, os precatórios deixarão de ser limitados após os efeitos da emenda aprovada em 2021 que limitou o pagamento a um teto anual. O cenário já incorpora o pagamento de 0,5% do **PIB** do estoque acumulado na vigência do limite para os precatórios.

Para o diretor executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), Daniel Couri, a divulgação do relatório com projeções em dez anos é bem-vinda. "É mais transparência e mais informações para quem toma decisão", disse.

No cenário-base da IFI, a dívida bruta estará em 2031 em 84,7%. Nessa projeção, o teto não é cumprido, e as despesas não obrigatórias são corrigidas pela **inflação**. O cenário leva em conta um crescimento do **PIB** menor do que o do Tesouro, mais próximo de 2%,

enquanto o do Tesouro foi de 2,5% na maior parte do ano.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Inflação europeia, risco para o Brasil (Editorial)

A **inflação** bate recordes no mundo rico, impondo desafios aos bancos centrais e alimentando o temor de juros maiores e menor crescimento econômico. Qualquer novo aperto financeiro nos grandes mercados afetará o Brasil, já sujeito a persistentes pressões inflacionárias, crédito caro e alto desemprego.

Ainda sob os efeitos da guerra na Ucrânia e da menor atividade na China, a zona do euro contabilizou **inflação** de 8,6% nos 12 meses até junho, puxada pelos preços de energia e de alimentos. Foi a maior taxa anual desde a criação da moeda comum. A meta é de 2% ao ano.

Depois de 11 anos de política muito branda, o Banco Central Europeu tem forte motivo para conter a expansão do crédito, na tentativa de frear a **inflação**.

Mesmo gradual, qualquer mudança poderá produzir efeitos sensíveis dentro e fora da Europa, complicando um cenário global já preocupante.

O aperto começou nos Estados Unidos, onde a **inflação** bateu um recorde de 41 anos, ao atingir 9,1% em 12 meses. Os preços ao consumidor subiram 1,3% em junho, refletindo principalmente o aumento de 7,5% dos preços da energia. Os americanos, como os europeus, são afetados pelo encarecimento do petróleo, do gás e dos alimentos, desdobramentos da invasão da Ucrânia pela Rússia. Também são prejudicados pela redução de atividades na China, consequência da política de covid zero.

Investidores e analistas alertaram para o risco de recessão como efeito da alta de juros nos Estados Unidos. O Federal Reserve, o banco central americano, promete cautela para evitar uma contração econômica perigosa. Mas a limitação do crédito afetará a atividade nos Estados Unidos e produzirá efeitos negativos para outros países. A política anti-inflacionária na zona do euro poderá acrescentar entraves à economia internacional.

Como a Europa e os Estados Unidos, o Brasil sofre os efeitos negativos da guerra na Ucrânia e da perda de ritmo da produção chinesa. A China é especialmente importante para o Brasil. É o principal destino das exportações brasileiras e, além disso, tem um papel muito relevante como fornecedora de insumos

industriais.

No balanço mais amplo, no entanto, a posição brasileira é mais frágil que a de outras grandes economias, nesse quadro de amplos desarranjos internacionais.

Além de ser afetado pelas mudanças de preços, pelos desajustes nas cadeias de suprimentos e por qualquer limitação do crédito, o País é especialmente exposto a mudanças nos fluxos de capitais e às consequentes oscilações cambiais.

Todos esses problemas são potencializados pelos desequilíbrios internos e pelas incertezas políticas.

O dólar frequentemente sobrevalorizado é um fator a mais de pressão inflacionária. A dominante preocupação eleitoral do presidente da República afasta investidores, afeta o câmbio, dificulta a gestão das contas públicas e obscurece as perspectivas da economia nos anos seguintes. Em desajustes e entraves ao crescimento o Brasil de hoje é autossuficiente. Mas nem por isso se devem desprezar os efeitos dos problemas no mundo rico.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

A PANDEMIA E A RELAÇÃO DO BRASILEIRO COM AS FINANÇAS (Artigo)

SILVIO FRISON Vice-presidente da Serasa
silvio.frison@br.experian.com

2022 é o ano do recomeço e, mesmo depois de seis meses, tudo ainda está incerto. A guerra na Europa entre Rússia e Ucrânia e o vírus resistindo têm gerado forte impacto na economia mundial e na vida financeira dos brasileiros. Há anos não registrávamos tamanha **inflação**, consumindo parte significativa da renda, que também diminuiu.

Este cenário causou mudanças nos hábitos de consumo, lazer e comportamento. O brasileiro aumentou sua disposição para empreender, reduziu o uso do dinheiro vivo, substituindo-o pelo Pix, passou a priorizar os gastos em casa, como TVs por assinatura, e reduziu a conta com lazer externo. Ao comparar as despesas realizadas em 2021 às de 2020, constata-se que o aumento dos gastos se concentra em supermercados e farmácias.

Por conta disso, o nível de endividamento vem batendo recordes e isso gera enorme preocupação tanto em relação à economia do país como para cada pessoa que está com seu "nome sujo". Como consequência, a saúde mental foi impactada por conta dos reflexos com preocupações financeiras.

Ao compararas despesas realizadas, constata-se que o aumento dos gastos se concentra em supermercados e farmácias. Para tentar reduzir os impactos gerados, o governo, por meio da Caixa Econômica Federal, liberou o saque emergencial do FGTS. Para muitos brasileiros, o saque representa o recomeço, já que quase metade da população que possui dívida pretende usá-lo para limpar o nome.

O fato de o saque emergencial despertar o público para a possibilidade de adquirir empréstimos atrelados ao FGTS nos mostra que o fundo não é realmente conhecido pelo brasileiro. Embora todos afirmem conhecê-lo, nem metade sabe em que condições pode utilizar o dinheiro.

Não adianta reclamar ou esperar que esse tipo de conhecimento chegue à população. Essa é uma ótima oportunidade para que nós, empresas da área

financeira, possamos contribuir com informação, dicas e educação financeira, compartilhando os melhores recursos disponíveis para que as famílias possam garantir uma boa saúde financeira e, assim, uma vida mais tranquila e feliz.

Site: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/>

Onde você está aplicando seu dinheiro? - ARMANDO AVENA

ARMANDO AVENA

Nove entre dez gerentes e muitos analistas recomendam que o investidor deve aplicar suas economias em fundos de previdência para assim garantir sua aposentadoria com uma previdência privada. Pois bem, quem fez ou está fazendo isso vem perdendo dinheiro, pois 96% do patrimônio aplicado em fundos de previdência de renda fixa nos últimos 10 anos rendeu menos que a **inflação** e a taxa Selic. Esse foi o resultado de uma pesquisa que avaliou 179 fundos de previdência privada tipo PgBl e VGBl. E não se engane, leitor, este ano a rentabilidade do seu fundo de previdência, seja ele Brasil-prev, Bradesco, Santander ou qualquer outro, está bem menor do que a **inflação**. Não se sabe por que as carteiras escolhidas pelos fundos sequer acompanham a taxa básica de juros, mas se sabe que a aposentadoria privada dos brasileiros está perdendo poder aquisitivo. É preciso, no entanto, ter calma antes de tirar ou remanejar o dinheiro, pois esses fundos são de longo prazo e, ainda que 10 anos de rentabilidade baixa seja um prazo longo e o rendimento tenha sido pífio, o primeiro passo é questionar o seu gerente e o seu banco.

Nove entre dez gerentes também recomendam que você não deixe parado o dinheiro que tem conta, que aplique na poupança com resgate automático, num fundo de renda fixa combai-xa automática ou que invista seu suado dinheirinho num desses fundos que oferecem prêmios, num fundo de capitalização ou coisa do gênero. Pois bem, todas essas aplicações apresentam rendimento baixíssimo, isso quando consegue render acima da **inflação** pois, assim como a caderneta de poupança, que há meses em que perdem para a **inflação**. E não é só isso, o CDB - Certificado de Depósito Bancários, oferecido a torto e a direito, para que supere a **inflação** é preciso que venha com pelo menos 120% do valor do CDI, pois nele incide imposto de renda. Há CDBs no mercado de até 200% do CDI, mas aí entra o risco e geralmente são títulos de bancos pequenos, fintechs, instituições privadas com pouca garantia ou então são recursos de grande porte. Fazer o que, então? Há boas opções para o pequeno e médio investidor, já que o grande não precisa dos conselhos deste articulista. Há, por exemplo, o LCI - Letra de Crédito Imobiliário e o LCA - Letra de Crédito do Agronegócio que por serem isentas de Imposto de Renda viabilizam excelente

remuneração e dão liquidez com apenas três meses de carência, mas necessitam que tenham rentabilidade de pelo menos 95% do CDI ou mais. Só que os grandes bancos estão reduzindo o lastro dessas aplicações, exigindo carência maior diminuindo a rentabilidade para 92% do CDI ou menos.

Há também o Tesouro Direto, melhor aplicação para o pequeno investidor, pois protege seu dinheiro da **inflação**, oferecendo rentabilidade de cerca de 5% mais IPCA, ou a taxa Selic. Mas neles o menor prazo é o pós-fixado 2025. É sempre bom lembrar que quanto maior o prazo, maior o rendimento para a maioria das aplicações, mas prazos muito grandes num país como o Brasil são arriscados. Há também debêntures emitidas por empresas privadas, algumas incentivadas e sem IR, pagando taxas de 7% a 8% ao ano acima do IPCA e com prazo de 5 a 10 anos, mas aí é preciso cuidado na escolha da empresa que está emitindo, especialmente com relação ao seu endividamento. E há muito mais no mercado, como os fundos cambiais, re-cebíveis imobiliários e do agronegócio e até aplicações no exterior, mas meu espaço está acabando, por isso só resta dizer ao leitor: nesses tempos de **inflação** de dois dígitos pesquise muito para não pôr seu rico dinheirinho no lugar errado.

Mudanças nas exportações A Acelen, que controla a Refinaria de Mataripe, assumiu o posto de maior exportadora da Bahia. Na pauta de exportações, os derivados de petróleo já representam 28% de tudo que a Bahia vende. Em seguida vem o agronegócio, responsável por 26% das nossas vendas externas, e aí entra a soja que perdeu o 1º lugar, mas ainda representa 22% do total. E há também algodão, café, celulose, frutas, cacau e outros. Em 3º lugar vem os produtos químicos e petroquímicos, representando 12% do total, seguido dos minerais, produtos metalúrgicos e algodão. Dez produtos respondem por mais de 90% das exportações e todos são commodities. O governo precisa agora estimular a produção e venda de bens finais

Site:

http://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab_DC3A6D69B8E348D9A2F45880EEDDED7ADBFE83F1092C9E23990D18E533B52CFFF6FFA39D424971E897BFE962F45A28385E16D15FE4A20EF7728C3F1FE23D23CE1AA29

B6919D7019B522D7A8B96BE3DBF6D092089B4DAA5D70
F1A06EA4617BCB600DECE2F9CBD06FF297E168129705
DB55EB989B45782D02E5844D